**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE MINAS GERAIS**

**Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais**

Camila Fernanda Braz Gonçalves

Larissa Luana Gomes

Paula Roberta dos Santos

**CONTABILIDADE APLICADA ÀS FINANÇAS PESSOAIS:**

**Um estudo de caso com jovens aprendizes do CEDUC Virgílio Resi**

Belo Horizonte

2019

Camila Fernanda Braz Gonçalves

Larissa Luana Gomes

Paula Roberta dos Santos

**CONTABILIDADE APLICADA ÀS FINANÇAS PESSOAIS:**

**Um estudo de caso com jovens aprendizes do CEDUC Virgílio Resi**

Projeto de extensão apresentado ao Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais do curso de Ciências Contábeis da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Orientadores:

José Tomaz Pereira

Heloisa Helena Rocha Maia

Rafael Ornelas Machado

Roanjali Auxiliadora Gonçalves Salviano Araújo

Belo Horizonte

2019

SUMÁRIO

[**1 IDENTIFICAÇÃO 3**](#_Toc8031499)

[***1.1* *Título do projeto* 3**](#_Toc8031500)

[***1.2* *Público-alvo* 3**](#_Toc8031501)

[***1.3* *Área de abrangência* 3**](#_Toc8031502)

[***1.4* *Duração* 3**](#_Toc8031503)

[**2 JUSTIFICATIVA 4**](#_Toc8031504)

[**3 REFERENCIAL TEÓRICO 5**](#_Toc8031505)

[***3.1 As ciências contábeis como instrumento para a gestão das as finanças pessoais* 5**](#_Toc8031506)

[***3.1.1 A aplicação da educação financeira sob a ótica da contabilidade* 5**](#_Toc8031507)

[***3.2 Educação financeira* 6**](#_Toc8031508)

[**4 A ERA DA SOLIDEZ ECONÔMICA 8**](#_Toc8031509)

[**5 O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL 9**](#_Toc8031510)

[***5.1 O perfil do investidor* 10**](#_Toc8031511)

[***5.2 Renda Fixa X Renda Variável* 10**](#_Toc8031512)

[***5.2.1 Renda Fixa* 11**](#_Toc8031513)

[***5.2.1.1 Poupança* 11**](#_Toc8031514)

[***5.2.1.2 CDB* 12**](#_Toc8031515)

[***5.2.1.3 LCI E LCA* 12**](#_Toc8031516)

[***5.2.1.4 Tesouro Direto* 12**](#_Toc8031517)

[**6 PREVIDÊNCIA NO BRASIL 14**](#_Toc8031518)

[***6.1 Educação financeira e a reforma da previdência* 14**](#_Toc8031519)

[***6.2 Previdência complementar* 15**](#_Toc8031520)

[**7 OBJETIVOS E METAS 17**](#_Toc8031521)

[***7.1 Objetivos* 17**](#_Toc8031522)

[***7.1.1 Objetivo geral* 17**](#_Toc8031523)

[***7.1.2 Objetivos específicos* 17**](#_Toc8031524)

[***7.2 Metas* 17**](#_Toc8031525)

[**8 METODOLOGIA OPERACIONAL 18**](#_Toc8031526)

[**9 RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS OU PRODUTOS ESPERADOS 19**](#_Toc8031527)

[***9.1 Monitoramento/Acompanhamento/Avaliação* 19**](#_Toc8031528)

[***9.2 Características de avaliação* 19**](#_Toc8031529)

**10 CRONOGRAMA ...............................................................................................................20**

# 1 IDENTIFICAÇÃO

* 1. ***Título do projeto***

CONTABILIDADE APLICADA ÀS FINANÇAS PESSOAIS: Um estudo de caso com jovens aprendizes do CEDUC Virgílio Resi.

* 1. ***Público-alvo***

Jovens aprendizes de 15 a 19 anos da entidade do terceiro setor CEDUC Virgílio Resi.

* 1. ***Área de abrangência***

A execução do projeto de extensão acontecerá na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), campus Coração Eucarístico, prédio 14 – Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais (ICEG) -, sala 301.A escolha do local se dá mediante ao projeto de extensão “Jovens aprendizes: realidades e perspectivas transformadas pelo conhecimento” realizado às quintas-feiras e sextas-feiras, de 13:00h às 17:00h. Tal projeto acontece por intermédio da parceria existente entre a Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas), o Instituto de Ciências Econômicas e Gerenciais (ICEG) e o CEDUC Virgílio Resi, que fomentam a política pública educacional da Lei do Aprendiz nº10.097/2000 no âmbito acadêmico universitário e, também, o exercício da cidadania dos alunos extensionistas.

* 1. ***Duração***

A elaboração do projeto de extensão se iniciou em março de 2019, com as pesquisas feitas para a aquisição de conhecimentos acerca do tema escolhido, tendo em vista a grande relevância desse para a formação de cidadãos mais conscientes financeiramente. Devido a isso, realizaremos práticas de extensão com a finalidade de apresentar a importância do planejamento financeiro, objetivando o aumento das ações de poupança e investimentos e a diminuição dos níveis de endividamentos e inadimplências futuros dos referidos jovens aprendizes. A prática se estenderá até o segundo semestre de 2019, com a aplicação de novos questionários e apresentação dos resultados a partir da análise dos dados. Portanto, é um projeto contínuo e permanente, que visa beneficiar o futuro dos jovens e de suas famílias.

# 2 JUSTIFICATIVA

Em uma economia globalizada e cada vez mais competitiva – cenário decorrente das contínuas mudanças tecnológicas –, a profissionalização torna-se essencial para a inserção e permanência no mercado de trabalho. Isto posto, faz-se necessário o desenvolvimento de mão-de-obra qualificada dos jovens brasileiros que desejam conseguir o primeiro emprego. Por conseguinte, diante dessa atual conjuntura econômica, surgem as demandas da sociedade relacionadas a preparação e profissionalização da juventude.

De acordo com o direito dos cidadãos de ter acesso à educação, o artigo205 da Constituição Federal do Brasil de 1988 garante o “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”, refletindo, dessa maneira, na criação das chamadas políticas públicas educacionais que, além de garantir o acesso à educação para todos, também avalia e ajuda a melhorar a qualidade de ensino no país, criando programas e ações que tentam mitigar ou até mesmo sanar os problemas sociais.

Assim, as decorrentes discussões sobre políticas públicas educacionais resultaram na implementação e regulamentação da Lei do Aprendiz 10.097/2000 que, basicamente, dispõe sobre as condições e direitos de um jovem aprendiz, sendo esta considerada um dos maiores instrumentos de combate ao trabalho infantil no Brasil. A iniciativa criada pelo Governo Federal trata-se da definição do programa de aprendizagem que busca proporcionar aos jovens de 14 a 24anos a oportunidade de adquirirem conceitos teóricos e práticos, qualificando-os para a vida profissional e, assim, promovendo a inclusão social sem que lhes causem prejuízos a formação educacional básica.

Dessa forma, é importante frisar que o programa de aprendizagem dos jovens aprendizes é ministrado por entidades qualificadas que tenham por objetivo assistência ao adolescente e a educação profissional. Assim, para a realização do presente projeto de extensão, que busca alcançar o objetivo precípuo de contribuir socialmente e impactar de maneira positiva o público jovem que está se inserindo no mercado de trabalho e recebendo os seus primeiros recursos financeiros, utilizaremos como laboratório de pesquisa os jovens aprendizes do CEDUC Virgílio Resi – organização não governamental que está há mais de 10 anos qualificando jovens aprendizes em Belo Horizonte.

Isto posto, a execução desse projeto explica-se pela carência identificada de conhecimentos acerca da gestão das finanças pessoais – especialmente no que tange ao ensino da educação financeira, fator multiplicador da boa gestão dos recursos financeiros – por parte dos jovens aprendizes.

# 3 REFERENCIAL TEÓRICO

## *3.1 As ciências contábeis como instrumento para a gestão das as finanças pessoais*

A ciência contábil é uma ciência social aplicada que, em síntese, registra todas as movimentações passíveis de mensuração monetária e, em seguida, fornece o máximo de informações úteis aos seus usuários a fim de auxiliá-los na tomada de decisões (MARION, 2015, p. 30). Desse modo, ao passo em que a contabilidade se desenvolveu com o imperativo de identificar, quantificar, registrar e interpretar os fenômenos patrimoniais e, também, a partir da compreensão do termo patrimônio – conjunto de bens, direitos e obrigações – torna-se claro afirmar que a contabilidade atua em favor de todas as entidades contábeis – pessoa para quem é mantida a contabilidade, seja ela física ou jurídica (MARION, 2015, p. 32).

Nesse contexto, é evidente que a referida ciência social aplicada é de suma importância na gestão das finanças pessoais, uma vez que as entidades contábeis – neste caso, as pessoas físicas – possuem patrimônios que necessitam ser administrados e controlados a fim de preservar a sua saúde econômico-financeira. Dessa forma, com o advento das ferramentas, instrumentos e métodos para a produção de relatórios contábeis, o profissional das ciências contábeis deve, de acordo com as necessidades do usuário, aplicá-los e, a partir dos dados coletados e analisados, apresentar de maneira resumida e ordenada (MARION, 2015, p. 48) uma interpretação confiável e realística da sua situação patrimonial e dar as devidas instruções para uma gestão financeira pessoal mais eficiente.

### *3.1.1 A aplicação da educação financeira sob a ótica da contabilidade*

Em primeiro lugar, é importante frisar que a educação financeira é, primordialmente, um instrumento fundamental para a promoção do desenvolvimento econômico (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013) da sociedade e do país, sendo o profissional contábil um grande aliado e colaborador. Além disso, a educação financeira é um alicerce indispensável para o gerenciamento e o planejamento eficiente – controle de recursos financeiros com objetivo de atender à todas as necessidades essenciais cotidianas – das finanças pessoais (JUNIOR, 2007, p. 26).

Conforme o Banco Central do Brasil (2013), a boa prática da educação financeira contribui para escolhas equilibradas e conscientes, impactando positivamente na melhora da qualidade de vida das pessoas, de suas famílias e de suas comunidades. Assim, uma vez que “dependemos dos recursos que adquirimos para suprir nossos gastos” (BUAES, 2015), tal prática educacional tem por finalidade ajudar as pessoas a administrar seu patrimônio pessoal – ou seja, organizar suas finanças de modo a confrontar as entradas e as saídas de forma eficiente.

Assim, haja vista o que foi supracitado, o profissional contábil – essencial provedor de tomada de decisões conscientes – atua como um fator primordial na aplicação bem-sucedida da educação financeira, especialmente no que se refere ao fortalecimento da cidadania, aumentando a eficiência e solidez do sistema financeiro (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2013). Dessa forma, embora o contador atualmente possua uma graduação com grande viés empresarial, esse profissional é um excelente consultor e analista financeiro e, por isso, pode auxiliar as pessoas físicas a utilizar adequadamente os seus recursos e, também, os produtos e os serviços ofertados no sistema financeiro a fim de mitigar os níveis de endividamento e de inadimplência.

## *3.2 Educação financeira*

Desde cedo as pessoas lidam com uma série de situações ligadas ao dinheiro e, para tirar o melhor proveito dele, é muito importante saber como utilizá-lo de forma favorável. O fato é que vivemos um conflito interior constante quando o assunto é dinheiro. Quando não o temos, queremos a todo custo consegui-lo e quando o temos, não possuímos o controle financeiro necessário para entender de fato a correta definição de dinheiro para agir de forma consciente.

Sendo assim, Toledo (2013) define dinheiro como “elemento de troca facilitador das relações interpessoais, que acompanha a evolução da comunicação humana e é movido por nossa emoção”. A partir disso, é necessário afirmar que, a partir de experiências empíricas e dados estatísticos, as pessoas não gostam de falar sobre dinheiro e sobre planejamento financeiro.

Conforme Cerbasi (2011), não existe uma idade certa para a inicialização das crianças na educação financeira, porém, o exemplo e a explicação têm que estar sempre presentes, até porque quanto antes eles começarem a entender sobre finanças, melhor será o futuro deles. Associar situações do cotidiano como ir ao supermercado à educação financeira é eficiente, pois as crianças gostam de imitar os comportamentos dos adultos, como: apertar os botões das máquinas de cartões de crédito ou entregar o dinheiro aos operadores de caixa - isso os ajudará a entender o mecanismo de compra e venda e fazer com que o dinheiro seja algo natural na condução das escolhas. Quando a criança estiver um pouco mais velha é interessante introduzir a “mesada”, que deverá ser discutido entre as famílias, atendendo suas necessidades e possibilidades. Arcuri (2018) defende esse “planejamento” como um meio de entender que aquela renda destinada a eles é um recurso escasso e finito e se souber cuidar bem, poupar e esperar, poderão adquirir bens maiores e até melhores do que gastar com coisas menores.

Por tudo isso é preciso estabelecer metas claras e objetivas, para um bom planejamento financeiro é fundamental que toda movimentação de recursos – incluindo todas as despesas e receitas- conhecido também como fluxo de caixa, para o melhor gerenciamento do patrimônio definindo qual será a melhor estratégia para direcionar os gastos.

Araújo e Souza (2012) observam que de acordo com a Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD), o fácil acesso ao crédito, às novas tecnologias para acesso e comercialização, o aumento da expectativa de vida da população segundo dados estatísticos e as recentes reformas nos sistemas previdenciários, as quais gradativamente transferem aos cidadãos a responsabilidade de sua aposentadoria também são fatores que demonstram a importância da educação financeira e desconhecer os acessos ao sistema financeiro e pela cultura gerada por décadas de inflação alta, e a necessidade de que os cidadãos cumpram perante a sociedade, uma vez que pessoas educadas financeiramente podem planejar melhor suas compras e cumprem seus compromissos financeiros, intensificam a necessidade da educação financeira. Assim, é visível que são diversos os aspectos que fazem com que haja necessidade que a educação financeira seja efetivada.

 Com relação à concepção da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) educação financeira pode ser definida como:

[...] o processo mediante o qual os indivíduos e as sociedades melhoram a sua compreensão em relação aos conceitos e produtos financeiros, de maneira que, com informação, formação e orientação, possam desenvolver os valores e as competências necessários para se tornarem mais conscientes das oportunidades e riscos neles envolvidos e, então, poderem fazer escolhas bem informadas, saber onde procurar ajuda e adotar outras ações que melhorem o seu bem-estar. Assim, podem contribuir de modo mais consistente para a formação de indivíduos e sociedades responsáveis, comprometidos com o futuro. (OCDE, 2005).

# 4 A ERA DA SOLIDEZ ECONÔMICA

A história da economia brasileira não favorece o ensinamento da educação financeira, uma vez que nossos antecedentes viveram em uma era que não havia possibilidade de criação de um planejamento financeiro em razão das altas da taxa de inflação, que fazia com que as pessoas tivessem urgência em gastar seu dinheiro, pois ele perdia seu valor rapidamente, consequentemente os preços dos produtos no mercado viviam em constante oscilação, o que fez com que os brasileiros acostumassem com o estereótipo de “comprar agora”. Sendo assim, Vera Rita de Mello Ferreira, especialista em psicologia econômica, aponta que sua maior essência é a emancipação, isso quer dizer que quanto maior a sociedade puder ter consciência sobre como opera, seja no âmbito econômico ou financeiro, de mais condições disporá para apropriar de suas decisões e realizar suas escolhas.

Abranches (1993), na época do cenário ser impreciso já apontava a importância de ter um objetivo:

O acordo sobre as regras é o princípio fundamental a partir do qual se poderia recobrar a confiança no quadro institucional. Desse modo, possivelmente se obteria um mínimo de segurança sobre a estabilidade sobre as regras do jogo e as condições de reciprocidade no sistema social brasileiro. Esta, talvez, seja a chave principal para um processo de mudança, socioeconômica capaz de alterar o padrão de comportamento coletivo. (ABRANCHES, 1993, pg.92).

Ainda de acordo com Ferreira (2007), aliviamos a tensão com a gratificação imediata. Participamos de um fenômeno mercadológico, um padrão de produção praticado há quase um século pela indústria: a obsolescência programada, que consiste em reduzir a vida útil dos bens de consumo, para garantir que sejam usados pelo menor tempo possível, acelerando o ciclo de consumo exacerbado, levando ao indivíduo ao comportamento de manada, isto é, todo mundo faz exatamente a mesma coisa, e nosso cérebro entende que se não seguimos o padrão da sociedade, não estou fazendo mais parte dela.

Para este importante quesito, segundo os estudos das finanças comportamentais mostrados pela psicóloga, cada vez mais o dinheiro está dominando o homem e não o contrário.

# 5 O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL

De acordo com o artigo 192 da Constituição Federal do Brasil de 1988, o Sistema Financeiro Nacional (SFN) é “[...] estruturado de forma a promover o desenvolvimento equilibrado do país e a servir aos interesses da coletividade [...]”, compondo-se de instituições que tornam possível a circulação de moeda e um sistema financeiro sólido e eficiente. A Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, em seu artigo 1º define que a constituição do Sistema Financeiro Nacional (SFN) é formada por: a) Conselho Monetário Nacional (CMN); b) Banco Central do Brasil (BCB); c) Banco do Brasil (BB); d) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), e; e). Demais instituições financeiras públicas e privadas. Dessa maneira, entende-se que o Sistema Financeiro Nacional (SFN) é composto por órgãos normativos, supervisores e operadores.

O Conselho Monetário Nacional (CMN) é o órgão normativo do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e esse tem a função de estabelecer as regras gerais para o funcionamento da economia. O Banco Central do Brasil (BCB), por sua vez, é o órgão regulador e supervisor do Sistema Financeiro Nacional (SFN) e tem como missão assegurar a estabilidade do poder de compra da moeda e o cumprimento das regras definidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), essencial para o desenvolvimento econômico. Já o Banco do Brasil (BB), o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e as demais instituições financeiras públicas e privadas, lidam diretamente com os usuários do Sistema Financeiro Nacional (SFN), sendo os principais intermediadores financeiros de transferência de recursos na economia dos agentes superavitários ou ofertadores últimos para os agentes deficitários ou tomadores últimos (Banco Central do Brasil, 2019).

Ademais, é interessante afirmar que o Sistema Financeiro Nacional (SFN) tem outros órgãos normativos, como: Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e Conselho Nacional de Previdência Complementar (CNPC).

Tendo em vista a composição do Sistema Financeiro Nacional (SFN), é importante ressaltar as ações de seus órgãos em prol da disseminação da educação financeira em âmbito nacional. A principal iniciativa é a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF), regulamentada pelo decreto nº 7.397, de 22 de dezembro de 2010, que objetiva a promoção da educação financeira e previdenciária a todos os cidadãos, a fim de desenvolver amplamente a capacidade de escolhas conscientes sobre finanças e consumo e a relação equilibrada com o dinheiro.

Além disso, há também a Semana Nacional de Educação Financeira (Semana ENEF), iniciativa do Comitê Nacional de Educação Financeira (Conef) – formado pelos seguintes órgãos do Sistema Financeiro Nacional: Banco Central do Brasil (BCB), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) – que reconhece a Semana ENEF como instrumento de inclusão social e desenvolvimento econômico do país, oferecendo noções sobre previdência e sistema financeiro.

## *5.1 O perfil do investidor*

A busca do conhecimento sobre aquilo que pretende investir é de suma importância, isso resultará em melhores resultados e ganhos maiores, pois o investidor bem informado lucrará em cima do desinformado. É por esse motivo que em um ambiente de solidez econômica, em que existem muitos tipos de investimentos, deverá ser feito uma análise individual para ver qual se encaixa em seu perfil de investidor.

Ter uma noção clara de seus objetivos com o dinheiro aplicado, risco e retorno que está disposto a correr ajuda a delimitar o qual se encaixa, o conservador, moderado ou agressivo, Hoffman (2018), conceitua-os como “Investidor conservador: possui a segurança como referência para as suas aplicações, assumindo os menores riscos possíveis. Em razão da sua baixa tolerância ao risco, aconselham-se os produtos de renda fixa. Investidor moderado: a segurança é importante, mas ele busca retornos maiores, aceitando, portanto, assumir algum risco, além disso, preza pela busca de ganhos no médio e longo prazo. Investidor agressivo: está associado a clientes que possuem total conhecimento e amplo domínio do mercado de capitais. Busca retornos muito expressivos no curto prazo, suportando quaisquer riscos” (HOFFMANN, 2018 p. 10).

Com isso em mente, é mais fácil escolher o tipo de investimento que irá atender individualmente o que almeja.

## *5.2 Renda Fixa X Renda Variável*

Renda fixa não é o nome de um investimento especifico, e sim de uma classe de ativos que remuneram os investidores com regras predefinidas, resumindo, é uma aplicação onde a pessoa física empresta para as instituições financeiras, e elas os devolvem com juros (CAIXETA, 2018 p. 63).

Renda variável são aquelas cuja remuneração ou retorno do capital, não podendo ser dimensionado no momento da aplicação, podendo assim sofrer variações seja positiva ou negativa, de acordo com a expectativa do mercado.

No entanto, esses ativos, por terem mais risco, também têm mais chances de trazer uma rentabilidade maior que a renda fixa, essa é uma lei do mercado, quanto maior a chance de lucro, maior a chance de perda, isso significa que seja qual for o tipo de investimento escolhido em uma determinada classe de ativos, está reduzindo o risco específico e aumentando suas possibilidades de retorno. (NIGRO, 2018 p. 151)

Como o público-alvo a ser atendido pelo projeto de extensão são os jovens aprendizes, acredita-se que não possuem uma reserva de emergência, que nada mais é que a quantia que guardamos para gastos imprevistos, sem que afete a receita mensal. Em vista disso Leite (2017) reconhece que a renda fixa é a modalidade mais indicada por garantir uma rentabilidade segura e previsível. Existem diversos tipos de aplicações na renda fixa. Elas são caracterizadas por objetivos, risco, rentabilidade e etc.

## *5.2.1 Renda Fixa*

Os investimentos mais populares da renda fixa são: Poupança, Certificado de Depósito Bancário (CDB), Letra de Crédito Imobiliário (LCI), Letra de Crédito do Agronegócio (LCA), Tesouro Direto.

## *5.2.1.1 Poupança*

A Poupança é um tipo de conta que você pode abrir em qualquer banco, e que paga um rendimento mensal em cima do valor depositado. Portanto, ela funciona como um investimento, que se tornou muito famoso entre os brasileiros por causa de características como: facilidade e segurança, isenção de Imposto de Renda para Pessoa Física. (IRPF), liquidez para sacar o dinheiro. Mas nem só de vantagens é feita a caderneta. O rendimento da Poupança, que deveria ser mais um ponto ao seu favor, é o seu principal ponto negativo. A Poupança possui baixa rentabilidade mensal, com pouca diferença da inflação e bem inferior a vários outros investimentos do mercado. (CAIXETA, 2018 p. 80)

## *5.2.1.2 CDB*

O CDB é um título que os bancos emitem para captar recursos financeiros do seu cliente para emprestar para as demais instituições ou outros clientes, e incide imposto de renda sobre a rentabilidade da aplicação, podendo variar entre 22,5% a 15% dependendo do tempo em que a quantia ficar “emprestada” ao banco, por consequência quanto maior o tempo de investimento, menor será o imposto de renda. (CAIXETA, 2018 p. 63). O CDB é um título de dívida emitido por um banco e, portanto, tem risco de crédito em caso do banco não pagar o que deve ao seu credor, neste caso, o investidor. O investidor pode avaliar o rating (classificação de risco) do título antes de fazer uma aplicação e para diminuir o risco de liquidez, o investidor deve ficar atento a duas informações: data de vencimento (quando o título vence e o resgate é feito automaticamente para a conta do investidor) e de carência (a partir de quando o dinheiro pode ser resgatado) (HOFFMANN, 2018 p. 20).

## *5.2.1.3 LCI E LCA*

São títulos que emprestam seu dinheiro ao setor imobiliário e agropecuário. Essas modalidades são isentas de Imposto de Renda (IR), então, todo rendimento que o investidor tem é creditado na conta sem desconto de Imposto de Renda (IR), enquanto em outras aplicações de renda fixa há cobrança de Imposto de Renda (IR) pela tabela regressiva. (CAIXETA, 2018 p. 69-72).

## *5.2.1.4 Tesouro Direto*

Segundo os dados fornecidos por Straub (2018) o Tesouro Direto foi criado em 2002 através de uma parceria entre o Tesouro Nacional, que é um órgão do governo federal junto com a Secretária do Tesouro Nacional (STN) e a Bovespa (BM&F). A criação teve como objetivo principal a acessibilidade a todos. Ou seja, ele engloba desde os pequenos até os grandes investidores.

[De acordo com o relatório do Tesouro Nacional referente a outubro de 2018](http://www.tesouro.gov.br/documents/10180/639446/Balan%C3%A7o%2BTD%2B-%2BOutubro%2B18/43524cd3-8ec8-4ebe-b24e-a7868a129432), há mais de 2.8 milhões de pessoas cadastradas. O crescimento foi de 63,4% em doze meses. Antigamente, o Tesouro Direto só estava disponível em Fundos de Renda Fixa administrados pelos bancos.

Hoje, já é possível encontrar uma infinidade de meios para investir em títulos públicos ou de maneira independente. Basta abrir uma em uma corretora de valores, é basicamente um programa de venda de títulos públicos a pessoas físicas por meio da internet. Para o investidor pessoa física, o Tesouro Direto é considerado uma opção de investimento segura (já que os títulos públicos são considerados os ativos mais seguros de um país) e de custo baixo, que pode garantir um retorno compatível com os melhores investimentos de renda fixa. (HOFFMANN, 2018 p. 21). Existem diversos tipos de títulos que podem ser comprados pelos investidores, cada um mais indicado para determinado cenário econômico, são eles:

Tesouro Prefixado: Este título possui taxa predefinida no momento da compra. Isso quer dizer que, ao adquirir o Tesouro Prefixado, o investidor já sabe qual será a taxa de juros paga no final do período de aplicação. Este título é indicado principalmente quando a taxa de juros está alta, mas existe a tendência de que ela recue. Desta forma, o investidor “trava” a sua rentabilidade com a Selic elevada e, depois, mesmo que ela caia, ele vai receber aquela rentabilidade maior ao final do prazo do investimento.

Tesouro Selic: Ao investir no título Tesouro Selic o investidor não sabe exatamente qual será a sua rentabilidade no final do período. Isto porque ela vai depender da variação da taxa básica de juros. Se a Selic subir, a remuneração será maior. Se ela cair, o investidor terá uma rentabilidade menor. Por isso, este título é mais indicado em caso de expectativa de que a taxa de juros suba ou permaneça em um patamar elevado assim, a remuneração também será mais atrativa.

Tesouro IPCA+: O investidor que compra o Tesouro IPCA+ não sabe exatamente qual será a sua remuneração no final do período de validade do título, já que a rentabilidade é baseada no IPCA, um índice que varia todo mês, acrescido de uma taxa de juros definida na hora da compra. (HOFFMANN, 2018 p. 21).

Ao investir em títulos públicos, você faz o seu patrimônio crescer de uma forma mais segura e ainda contribui para o desenvolvimento do país. Então, se você quer atingir os seus objetivos sem abrir mão da segurança**, os títulos de renda fixa podem ser grandes aliados dos seus objetivos financeiros.**

# 6 PREVIDÊNCIA NO BRASIL

A previdência no Brasil é composta por três regimes: Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), Regime de Previdência Complementar (RPC) e Regime Geral de Previdência Social (RGPS). O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) possui as seguintes características, segundo o artigo 201 “A previdência social será organizada sob a forma de regime geral, de caráter contributivo e de filiação obrigatória, observados os critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial [...]” (BRASIL, 1988).

Por conseguinte, conclui-se que o Regime Geral de Previdência Social (RGPS) é o mais amplo e que protege grande parte dos trabalhadores. No entanto, esse regime pode ser grandemente afetado com a iminência da reforma previdenciária.

## *6.1 Educação financeira e a reforma da previdência*

A educação previdenciária tem se tornado cada vez mais relevante devido à possível alteração da legislação previdenciária e, de acordo com a Superintendência Nacional de Previdência Complementar (PREVIC) devido às recentes mudanças demográficas (elevação da longevidade, queda na taxa de fecundidade) e sociais (ascensão dos níveis de renda da população) do Brasil.

Sendo assim, os jovens fazem parte do segmento que mais será afetado caso a reforma seja aprovada nos moldes em que está. De acordo com a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 6/2019 apresentada em 20 de janeiro de 2019 pelo Poder Executivo, os principais pontos de modificação do sistema de previdência social são: idade mínima para aposentadoria para trabalhadores de iniciativa privada de 62 anos para mulheres e de 65 anos para homens, com 20 anos de contribuição. Além disso, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) acaba com a possibilidade de aposentadoria por tempo de contribuição, que ocorria quando as mulheres completavam 30 anos recolhendo o Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e os homens 35 anos.

Os trabalhadores rurais passam a ter idade mínima de 60 anos para homens e mulheres. O governo também pretende exigir 20 anos de contribuição dos trabalhadores rurais hoje o tempo mínimo de atividade rural exigido é de 15 anos. Passa também a ser exigido um valor mínimo anual de contribuição previdenciária do grupo familiar, de R$ 600.

A regra de cálculo da nova Previdência será dada da seguinte forma: 60% da média dos salários de contribuição, acrescidos de 2 pontos percentuais a cada ano de contribuição que exceder 20 anos. A proposta cria também novas regras para a contribuição durante o período ativo, em contrapartida com a situação atual, na qual os contribuintes do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) pagam algo entre 8% e 11% do salário; esse modelo seguiria uma tabela cujas alíquotas incidem sobre diferentes faixas da remuneração. As alíquotas efetivas ficariam na faixa de 7,5% para quem recebe até um salário mínimo a 11,68% para quem ganha a partir de R$ 3 mil.

O sistema de contas individuais será alternativo ao sistema de repartição para aqueles que entrarem no mercado de trabalho após aprovação da reforma. A capitalização seguirá regime de contribuição definida, regime esse que tem como características primordiais o fato do fundo concedido depender do fundo financeiro acumulado e do risco ser de cada participante. Essa mudança seria regulamentada por um Projeto de Lei Complementar.

Luis Eduardo Afonso, professor da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade (FEA) da Universidade de São Paulo (USP), afirma que ainda há muitos pontos vagos na proposta para regime de capitalização, o que gera insegurança e desconforto na população geral e no mercado.

Sendo assim, percebe-se os jovens são especialmente afetados por essas condições. Dados do mercado de trabalho divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que a taxa de desemprego entre a população de 18 a 24 anos foi superior ao dobro da taxa geral em 2018. Enquanto a desocupação entre os jovens ficou em 25,2% no 4º trimestre de 2018, o percentual total foi de 11,6%. O desemprego é uma condição marcante da experiência dos e das jovens no mundo do trabalho, o que demonstra que com a com a possível alteração da legislação pode se tornar ainda mais difícil alcançar a tão almejada aposentadoria.

Uma alternativa para esses jovens é a aquisição de um plano de previdência privada, uma fonte de renda complementar à previdência pública.

***6.2 Previdência complementar***

A previdência complementar é integrada por dois segmentos distintos e com características próprias, a previdência fechada, também chamada de fundos de pensão, e a previdência aberta. Os fundos de pensão têm fins não lucrativos e são acessíveis a grupos específicos de trabalhadores. Já as entidades que operam no segmento aberto são anônimas e exercem suas atividades com finalidade lucrativa. (BORGES, 2008)

Segundo Toledo (2006), a previdência complementar é uma forma de garantir uma renda complementar para manter o padrão de vida durante a aposentadoria. A carteira de investimentos desses planos varia de 100% com renda fixa e até 49% com renda variável, o que permite a cada jovem escolher qual o melhor plano para seu perfil.

Além de ter um grande retorno, outro ponto positivo são os benefícios fiscais desse investimento. Em um plano de Previdência Privada, a tabela do Imposto de Renda (IR) é regressiva em relação ao tempo da aplicação. Assim, quem deixa o dinheiro aplicado por mais tempo acaba pagando menos impostos do que aqueles que fazem o resgate em um período mais curto, representando uma ótima opção para quem deseja fazer um investimento de longo prazo.

São dois os tipos de planos de previdência privada aberta: Vida Gerador de Benefício Livre ([VGBL](https://blog.genialinvestimentos.com.br/vgbl/)) e Plano Gerador de Benefício Livre ([PGBL](https://blog.genialinvestimentos.com.br/pgbl/)). O Vida Gerador de Benefício Livre ([VGBL](https://blog.genialinvestimentos.com.br/vgbl/)) é indicado para pessoas físicas que fazem a declaração simplificada do Imposto de Renda ou são isentos. A vantagem desse plano é que a tributação do Imposto de Renda incide somente no valor do rendimento acumulado até o resgate. A desvantagem é que ele não permite dedução da renda bruta nos cálculos do Imposto de Renda (IR). O Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) é indicado para pessoas físicas que fazem a declaração completa do Imposto de Renda. A vantagem desse plano é que se você for contribuinte do Instituto Nacional da Seguridade Social (INSS) e investir em Plano Gerador de Benefício Livre ([PGBL](https://blog.genialinvestimentos.com.br/pgbl/)), poderá abater até 12% da sua renda tributável na declaração do Imposto de Renda (IR), porém quando você for resgatar o dinheiro acumulado o imposto incidirá sore o valor total, não apenas sobre o valor dos rendimentos. (TOLEDO, 2006)

Depreende-se que para escolher um plano de previdência privada os jovens devem analisar quanto tem para investir e qual o risco e devem ter ciência que é um investimento de longo prazo, no qual não se deve investir por um período inferior a cinco anos.

**7 OBJETIVOS E METAS**

***7.1 Objetivos***

***7.1.1 Objetivo geral***

Descrever qual papel da contabilidade e suas ferramentas para a organização das finanças pessoais.

***7.1.2 Objetivos específicos***

Aplicar os conhecimentos contábeis na vida financeira dos jovens aprendizes;

Evidenciar a relevância da gestão das finanças e seus respectivos impactos nos patrimônios pessoais;

Analisar qual o nível de compreensão dos jovens aprendizes acerca da influência da contabilidade em suas vidas e através dessa análise, coletar dados para uma futura aplicação prática dos conhecimentos adquiridos na solução de problemas específicos daqueles.

***7.2 Metas***

Desenvolver o tema e torná-lo significativo para o público-alvo.

Conscientizar os jovens sobre a importância de se conhecer financeiramente para que em um futuro próximo possam fazer a correta aplicação de seus ativos.

Ajudar os jovens que apresentam situação deficitária a entender o motivo e reverter essa situação, de modo a garantir um futuro melhor para eles e para seus ambientes familiares.

Por meio de um questionário será avaliado os conhecimentos pessoais dos jovens sobre finanças, posteriormente será feito uma palestra sobre educação financeira e por fim, distribuídos panfletos educativos para quem possam aplicar tais teorias de forma prática.

# 8 METODOLOGIA OPERACIONAL

A abordagem da pesquisa escolhida é quantitativa, uma vez que ela tem como objetivo de identificar a presença e medir a frequência e intensidade de comportamentos, atitudes e motivações de um determinado público-alvo. Como o objetivo do trabalho é analisar qual o nível de compreensão dos jovens aprendizes da organização não governamental CEDUC Virgílio Resi acerca da influência da contabilidade em suas vidas pessoais e de seus familiares, podendo ser um agente facilitador na vida financeira dos mesmos, justifica-se o emprego da abordagem quantitativa.

Em razão disso, para determinar as variáveis de uma pesquisa, no primeiro momento foi desenvolvido um questionário que ajudará na descrição da relação deles com as variáveis relativas à educação financeira e finanças pessoais. Assim será possível conhecer melhor essa realidade, através da coleta de dados e buscar conclusões que ajudem a responder a problemática do projeto. Posteriormente será realizada uma oficina, por meio de uma apresentação de “PowerPoint” desenvolvido pelos integrantes do grupo, a apresentação teve como objetivo ser dinâmica e interativa, para que compreendem o assunto de uma forma simples e descontraída, por estar tratando diretamente com jovens, e que possivelmente será o primeiro contato deles com o mundo de investimentos.

Graças aos avanços tecnológicos, as plataformas digitais oferecem jogos educativos, “TÁ O$$O” é um jogo que propõe uma experiência educativa e divertida, reunindo temas e conteúdos que discutem comportamentos importantes, como a administração consciente do dinheiro e o consumo excessivo de forma lúdica, em função disso, indicou-se o uso deste entretenimento, uma vez que qualquer toda forma de aprendizado é muito válido.

Por fim retornaremos à organização para analisar os resultados alcançados por cada um dos jovens, se aqueles que apresentaram sua situação financeira deficitária conseguiram mudar para superavitária, se conseguiram mudar seus comportamentos frente às dificuldades enfrentadas por eles e pela família frente aos aspectos financeiros, com o auxílio de planilhas para o controle do fluxo de caixa que foi proposto.

# 9 RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS OU PRODUTOS ESPERADOS

Com a realização do projeto de extensão espera-se diagnosticar quais são os principais motivos que levam os jovens aprendizes a uma má gestão de suas finanças pessoais e com a posterior análise dos dados coletados espera-se contribuir no processo de administração das finanças dos jovens para que façam uma correta aplicação dos seus recursos, influenciando positivamente seus futuros.

## *9.1 Monitoramento/Acompanhamento/Avaliação*

O projeto será executado com os jovens aprendiz do CEDUC Virgílio Resi às quintas-feiras, dia em que eles se encontram na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerias (PUC Minas) para realização de cursos e obras educativas. Os jovens estão dispostos a serem entrevistados e que seus dados pessoais sejam analisados, dados esses que serão coletados por meio da aplicação de um questionário específico; além disso, estão dispostos a aplicarem os conhecimentos da análise e do projeto transmitidos a eles em suas finanças. Os principais recursos materiais utilizados serão folders, folhetos, banners e computadores, o que não representa um alto custo para a realização do estudo. Além disso, serão utilizados recursos humanos e o conhecimento dos agentes do projeto.

## *9.2 Características de avaliação*

Os jovens aprendizes irão ter uma aprendizagem social, através do processo contínuo e participativo do projeto, que envolve aplicação pelos gestores de questionário, por posterior análise de dados e compartilhamento de conhecimento e assim, por meio desse projeto, poderão perceber quais as formas corretas de aplicação dos recursos e como podem otimizar seus ganhos e diminuição de despesas para que progridam.

**10 CRONOGRAMA**

|  |  |  |  |
| --- | --- | --- | --- |
| **Etapas/Meses 2019** | **Março** | **Abril** | **Maio** |
| **Seleção do tema** | x |   |   |
| **Levantamento das referências** |   | x |   |
| **Desenvolvimento**  |   | x |   |
| **Entrega** |   |   | x |
| **Exposição** |   |   | x |

**REFERÊNCIAS**

ABRANCHES, Sergio H. H. A **sociologia política da inflação:** Na corda bamba: doze estudos sobre a cultura da inflação. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1993.

ARCURI, Nathalia**. Me poupe:** 10 passos para nunca mais faltar dinheiro no seu bolso. 1 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2018.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Estratégia nacional de educação financeira**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/acessoinformacao/legado?url=https:%2f%2fwww.bcb.gov.br%2fpre%2fpef%2fport%2fenef.asp>. Acesso em: 17 abr. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Sistema financeiro nacional**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>. Acesso em: 18 abr. 2019.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de educação financeira**: Gestão de finanças pessoais. Brasília: BCB, 2013. 72 p

BLOG.RICO. Renda **fixa: o que é, como funciona, dicas para investir**. Disponível em: <https://blog.rico.com.vc/o-guia-completo-sobre-renda-fixa-1>. Acesso em: 20 abr. 2019.

BLOG.RICO. **Tesouro direto: o que é, rentabilidade, como investir (guia completo).** Disponível em: <https://blog.rico.com.vc/tesouro-direto-o-que-e-como-investir>. Acesso em: 20 abr. 2019.

CAIXETA, Douglas. **Para de jogar dinheiro fora:** Aprenda de forma simples e descontraída tudo sobre economia e investimento. 1 ed. Ebook Kindle Unlimited, 2018

CERBASI, Gustavo**. Pais inteligentes enriquecem seus filhos:** Como educar seus filhos para se tornarem independentes e ter uma relação saudável com o dinheiro. 1 ed. Rio de Janeiro: Sextante, 2011.

HOFFMANN, Ricardo. **Como escolher o melhor investimento para o seu dinheiro e tornar-se expert no mercado financeiro.** 1 ed. Rio Grande do Sul. 2018.

NIGRO, Thiago. **Do mil ao milhão:** sem cortar o cafezinho. 1 ed. Rio de Janeiro: Harper Collins, 2018.

TOLEDO, Elaine**. Saiba mais para gastar menos:** Aprenda a desenvolver sua inteligência financeira. 1 ed. São Paulo: Alaúde, 2013.

PREVIC: **O que é educação financeira?** Disponível em: <<http://www.previc.gov.br/regulacao/educacao-previdenciaria/educacao-financeira-e-previdenciaria/o-que-e-educacao-financeira>>. Acesso em: 15 abr. 2019.

Câmara dos deputados: **PEC 6/2019. Proposta de Emenda à Constituição.** Disponível em: <<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2192459>>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Jornal da USP. **Economistas propõem “novo sistema de Previdência para novos trabalhadores”.** Disponível em: <<https://jornal.usp.br/atualidades/economistas-propoem-novo-sistema-de-previdencia-para-novos-trabalhadores/>>. Acesso em: 18 abr. 2019.

PREVIC: **Projeto de Educação Financeira e Previdenciária.** Disponível em: <<http://www.previc.gov.br/regulacao/educacao-previdenciaria/educacao-financeira-e-previdenciaria/projeto-de-educacao-financeira-e-previdenciaria>>. Acesso em: 19 abr. 2019.

CAIXA ECONÔMICA. **Previdência privada**. Disponível em: <<http://www.caixa.gov.br/educacao-financeira/aulas/previdencia-privada/Paginas/default.aspx>>. Acesso em: 25 abr. 2019.

MARION, José Carlos. **Contabilidade básica**. 11 ed. Atlas, 2015.

SEMANA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Sobre educação financeira**. Disponível em: <http://www.semanaenef.gov.br/a-semana/>. Acesso em: 19 abr. 2019.

ENEF. **Quem somos**. Disponível em: <http://www.vidaedinheiro.gov.br/quemsomos/>. Acesso em: 18 abr. 2019.

SEMANA NACIONAL DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA. **Sobre educação financeira**. Disponível em: <http://www.semanaenef.gov.br/a-semana/>. Acesso em: 19 abr. 2019.

